

A DESCOLONIZAÇÃO DA GUINÉ NO CONTEXTO DA DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

por JAN KLÍMA
(Universidade de Hradec Králové)

O presente texto não pretende descrever detalhes sobre a conquista da independência da Guiné-Bissau. À luz dos acontecimentos recentes – assassinato de João Bernardo “Nino” Vieira (Howden 2009) e instabilidade permanente naquele país (*failed state?* – *collapsed state?*), este artigo quer somente chamar a atenção para o lugar da Guiné-Bissau no grande processo de descolonização e para algumas condições guineenses específicas dentro da descolonização do império colonial português. O contexto africano e considerações gerais, sobre tudo acerca da identidade nacional, vão prevalecer.

A descolonização da Guiné Portuguesa foi uma pequena parte de um dos mais importantes processos históricos que se alastrou durante dois séculos.¹ A libertação das nações americanas, asiáticas e africanas através da decomposição dos impérios coloniais europeus criou – com dinamismo variável e com solução e produção de problemas – o mundo de hoje, no qual a maioria dos países existentes tem a sua origem na descolonização. Para cada um dos casos individuais foi importante não só a vontade do povo de conquistar a liberdade, mas também o contexto histórico, isto é o estado ou mudanças da ordem mundial, avanço das liberdades cívicas no mundo, procura do progresso dentro da cultura política específica. A descolonização de qualquer país não se pode estudar sem levar em conta circunstâncias mais amplas, sobretudo o contexto internacional do processo, dentro do qual a nação em questão adquiriu a sua independência.² O mesmo vale para a Guiné-Bissau, cujas particularidades merecem, primeiramente, uma comparação³ qualificada com outros países distantes, africanos e luso-imperiais⁴, e, depois, um estudo histórico profundamente especializado.

¹ A partir da década de 1960, a descolonização começou a ser estudada pelos historiadores, sobre tudo ingleses, americanos e franceses, como tema especial: R. Emerson, *From Empire to Nation. The Rise to Self-assertion of Asian and African Peoples*, Cambridge (Mass.), 1960; D. W. Wainhouse, *Remnants of Empire. The United Nations and the End of Colonialism*, New York, 1964; Y. Benot, *Idéologies des indépendances africaines*, Paris, 1969; J. W. H. Morris e G. Fischer, *Decolonization and After*, Londres, 1976, etc.

² As obras históricas criadas nos finais ou depois da descolonização africana apresentam uma ligação mais estreita com as ciências políticas e sociais, ver por exemplo: J.-L. Miège, *Expansion européenne et décolonisation de 1870 à nos jours*, 2ª ed., Paris, 1986; F. Ansprenger, *The Dissolution of the Colonial Empires*, Londres, 1989; M. Michel, *Décolonisation et Émergence du Tiers-Monde*, Paris, 1993, etc.

³ Varias comparações dizem respeito sobretudo aos sistemas de administração e movimentos de libertação como W. Markov, *Sistemi coloniali e movimenti di liberazione*, Roma, 1961; R. van Albertini, *Die Dekolonisation. Die Diskussion über die Verwaltung und Zukunft der Kolonien 1918–1960*, Köln/Rhein, 1966; M. Adas, *Prophets and Rebellions: Millenarian protest against the European Colonial Order*, Chapel Hill 1979. A discussão mais profunda, porém, desenvolveu-se depois de acabar plenamente o processo de descolonização, veja p.ex. a obra colectiva *Décolonisations comparées. Colloque Aix-en-Provence*, Université de Provence, 1993.

⁴ É preciso relembrar aqui o perfeito estudo comparativo de Patrick Chabal, “People’s

I A descolonização mundial, africana e portuguesa

Pontos de partida

O processo de descolonização, geograficamente vasto e diferenciado no seu decorrer e conteúdo, tem as seguintes características gerais:

O motivo essencial do desmoroamento de todos os impérios coloniais europeus, construídos a partir do século XV foi, na maioria dos casos, o surgimento de novas identidades nacionais formadas pelas forças naturais, culturais, raciais, étnicas e políticas durante o tempo colonial. O perfil dessas novas identidades⁵ tornou-se claro, muitas vezes, no conflito entre a particular comunidade e a potência colonial.

A descolonização bem sucedida teve como sua base o cumprimento das condições subjetivas e objetivas. Parece que as condições objetivas – afastamento da potência colonial ou capacidades populacionais – desempenham o papel de menor importância que as subjetivas: sem uma elite bem instruída, consciente e bastante numerosa, sem o programa formulado claramente pela mesma elite (incluindo doutrina, ideologia, religião, valores, modo próprio da vida) não foi garantido o sucesso durável da descolonização ou a substituição valiosa do regime anterior.

A falta da elite cabal e a imperfeição da identidade nacional no momento da libertação do determinado território deviam-se, frequentemente, ao aceleração demasiado da descolonização que não permitiu o madurecimento da respectiva comunidade, sendo o aceleração, nas últimas fases da descolonização mundial, exigido pela ordem internacional. Naqueles casos, uma sociedade cultural ou étnicamente incongruente a desenvolver-se no espaço geográfico artificialmente demarcado no tempo colonial não conseguiu formar idéias, cultura política ou valores comuns para usar a liberdade a favor das populações.

Aproveitando experiências posteriores, o historiador deveria admitir o duplo sentido da descolonização. Em princípio, o processo teve o sentido de garantir o exercício dos direitos legítimos de autodeterminação. Porém, no caminho das nações rumo à liberdade não podemos passar por alto manifestações da “balcanização” forçada dos impérios coloniais no sentido de generalizar o “sistema vestfálico”, isto é criar um conjunto mais numeroso de entidades menores – países considerados soberanos, mas, na realidade, dependentes indirecta ou directamente dos novos

patrões; o afastamento das potências coloniais “clássicas” serviu, algumas vezes, para substituí-las pelas novas superpotências ou corporações supranacionais. Tal processo não perseguiu, no primeiro plano, o objectivo de oferecer a liberdade real à população formalmente independente, mas levou à região novos donos, agora invisíveis e, sobretudo, pouco responsáveis pelo bem-estar das nações. Métodos violentos daquela substituição, frequentemente utilizados e glorificados, deixaram vestígios negativos no convívio da comunidade internacional.

A descolonização modelo bem sucedida seguiu os seguintes passos principais:

a) Formação da própria e qualificada representação política (dirigentes, instrução, programas, experiências);

b) Negociação e acordo com a potência colonizadora;

c) Edificação dos órgãos locais do poder político e criação de uma constituição adequada;

d) Transferência do poder desde a administração colonial à local com manutenção dos laços úteis e funcionais.

A lição americana e asiática

Já o ciclo americano de descolonização (1776–1824) pôs em evidência toda a variedade de saídas e riscos. A elite norte-americana aproveitara ideias do “século das luzes” para justificar a separação dos Estados Unidos de América com base no direito natural; o *Common Sense* de Thomas Paine tornou compreensível a discussão intelectual (*Federalist Papers*) por entre as massas populares. A liderança das personagens bem educadas (John Adams, Thomas Jefferson, James Madison, Alexander Hamilton etc.) garantiu a criação da segunda constituição federal capaz de não só dividir os poderes de maneira exemplar, mas sim funcionar durante séculos.

war, state formation and revolution in Africa: a comparative analysis of Mozambique, Guiné-Bissau and Angola”, ou a comparação feita por Thomas H. Henriksen, “People’s war in Angola, Mozambique and Guinea-Bissau”, ver referências.

⁵ Novas facetas do problema as abordam p.ex. R. Werbner e T. Ranger (org.), *Postcolonial Identities in Africa*, Londres: Zed Books, 1996.

A sublevação dos escravos na parte francesa da ilha de Saint-Domingue culminou com a proclamação da independência do Haiti em 1-1-1804. Não obstante, a falta premente da alta cultura cívica, dos programas positivos e dos dirigentes instruídos impossibilitou o desenvolvimento do país.⁶ Foi demonstrado que a independência por si só não é sempre a solução perfeita.

A libertação de quatro vice-reinados americanos de Espanha entre 1808 e 1824 documentou o problema em substituir a identidade atual pela dupla identidade nova.⁷ O tempo prolongado do processo devia-se à necessidade de o indivíduo chegar à decisão, na luta, de não ser mais espanhol, mas sim americano e venezolano ao mesmo tempo ou americano e mexicano, americano e argentino etc. O republicanismo derivado das idéias da revolução norte-americana e francesa⁸ sofria (e continua a sofrer) alterações causadas pelo *caciquismo* ou *caudillismo* local.

A proclamação da independência do Brasil em 7-9-1822 que acabou com o “segundo império” português teve a sua força motriz social bastante limitada. A diferença dos movimentos populares existentes em vastas parcelas americanas, a reviravolta brasileira foi produto de uma elite intelectual e fazendeira; uma estranha justificação “indigenista” (*O Tamoio* de José Bonifácio) dentro daquela estreita camada alta de origem portuguesa (Pedro I) ou com educação portuguesa (o próprio “patriarca da independência”) serviu para construir a primeira barreira entre Portugal e o Brasil e acelerar o sentimento da especial identidade brasileira.⁹ O império como forma política singular no espaço americano devia garantir a coerência das regiões do grande país.

A América demonstrou, também, que não é preciso descolonizar o território equipado com suficientes direitos políticos, cívicos e administrativos, seja um país “branco” enquadrado no império colonial (Canadá) ou um país plurirracial a adquirir a posição da província extraterritorial da potência colonizadora (Guiana Francesa).

A descolonização asiática iniciou-se com o sistema de “mandatos” da Sociedade das Nações em 1919–1920 que pressupôs determinados territórios serem livres após a administração europeia temporária, o que foi o caso do Iraque 1930, para dar um exemplo. Porém, o auge daquele processo a ter lugar após a segunda guerra mundial revelou grandes problemas. A independência de Vietname ou Indonésia proclamada

unilateralmente em 1945 sem negociações com o colonizador enfraquecido implicou a guerra mais ou menos prolongada com a respectiva potência colonizadora. A proclamação da independência da Índia e Paquistão, em 1947, coincidiu com uma migração gigante e massacres perpetrados tanto pelos hindús como muçulmanos.¹⁰ Ao mesmo tempo, a descolonização asiática documentou a capacidade dos países com antigas civilizações, com línguas e culturas perfeitamente definidas, com elites tradicionais ou bem educadas nas universidades europeias de garantir a transferência do poder sem grandes problemas.

A descolonização africana

Após o demorado período do tráfico de escravos, a curta, mas violenta colonização da África pelas potências europeias entre o *scramble for Africa*

⁶ O fracasso político, social, económico e outro da independência do Haiti, país africano em América, nos dois séculos que se seguiram após 1804 fica pouco coberto pelos historiadores que dedicam a sua atenção quase exclusivamente ao momento glorioso da conquista da liberdade (Aimé Césaire, *Toussaint Louverture*, La Habana: Instituto del Libro, 1967). Tomando em conta a história da nação haitiana na totalidade (Markéta Křížová: *Haiti*, Praga: Libri, 2009), é preciso dar por batida a construção simples de que a independência é igual à felicidade e progresso.

⁷ A questão da identidade, muitas vezes complicada pela vizinhança de diferentes raças e culturas, continua a ser estudada, ver p.ex. Přemysl Mácha (org.), *Lighting the Bonfire, Rebuilding the Pyramid. Case studies in identity, ethnicity and nationalism in indigenous communities in Mexico*, Ostrava: Ostravská univerzita, 2009.

⁸ Ver documentos apresentados pela Dra. Emilia Romañach Pérez, *El proceso independentista en América Latina y en Estados Unidos*, La Habana: Pueblo y Educación, 1979.

⁹ Entre outros, Emília Viotti da Costa analisou a essência do processo na sua “Introdução ao Estudo da Emancipação Política”, In: *Brasil em Perspectiva*, São Paulo: Difel, 1968.

¹⁰ O reverso da libertação destes dois grandes países asiáticos o revela, p.ex. D. Lapiere e L. Collins, *Cette nuit la liberté*, Paris: Robert Laffont, 1975.

consumado no *fin de siècle* (século XIX) e a década de 1950 criou condições incomparáveis com América ou Ásia. O “síndrome de escravo” destruiu a mentalidade dos africanos. A brutalidade da conquista e da administração colonial (alemães a sufocar sublevações na *Deutsch-Südwestafrika*, belgas a punir africanos no Congo dentro do “paternalismo” racista) formou o sentimento da incapacidade de se opôr ao regime colonial. O agrupamento das tribos e nações diferentes dentro das fronteiras traçadas pelos europeus enfraqueceu a identificação de um africano com o determinado Estado colonial dirigido pelos brancos através da língua europeia. A governação dos estrangeiros nunca debilitou a identidade sentida dentro duma tribo ou dentro de um clã, sendo incapaz quase sempre de criar a nova identidade coincidente com a determinada colônia. O nível geralmente insuficiente da educação limitou a formação natural da elite nacional a comunicar com a população capaz de perceber programas políticos.

É por isso que os raros políticos africanos não exigiram, já na ordem mundial influenciada pela Carta da ONU, a independência imediata, preferindo outros valores. Nem a ocupação colonial, nem a descolonização levaram em conta a diversidade das sociedades no tempo pré-colonial e colonial (Watts 2000: 93). O proeminente político nigeriano Obafemi Awolowo disse, em 1947, que “*only an insignificant minority (of Nigerians) have any political awareness*” (Davidson 1991: 107). O futuro presidente de Malawi, doutor Hastings Kamuzu Banda declarou, em 1950, que “*the immediate need was not self-government, but a quickening of education and political development*” (Davidson 1991: 167). Apesar das dúvidas dos próprios africanos, a descolonização africana prevista já pela Carta da ONU começou com base na pressuposição de que a liberdade e a posterior modernização dos novos Estados independentes vão seguir o modelo euroamericano (Navrátilová 2008). Porém, cada caso individual trouxe dificuldades. A Líbia, primeiro Estado africano descolonizado (1951), teve que respeitar o molde colonial ao unir três diferentes regiões históricas abaixo do novo rei, em Argélia surgiu o grave problema da minoria europeia que produziu uma vasta guerra colonial entre 1954 e 1962, o Sudão abandonado pelos britânicos nos fins de 1955 mergulhou nos litígios sem fim entre diferentes interesses raciais, regionais ou religiosos.

A independência da Costa do Ouro – Ghana em 1957 levou o processo à África subsaariana. Na sociedade mixta dos reinos tradicionais (Ashanti) e diferentes tribos, Kwame Nkrumah não conseguiu criar uma sociedade coerente, embora se apresentasse como *Osagyefo* – Salvador.¹¹ Depois da Guiné ter rejeitado a cooperação com França, em 1958, explodiu o ciclo das independências africanas, culminando no conhecido “Ano da África” de 1960. Foi este momento histórico que chamou a atenção não só à libertação legítima das nações africanas, mas também aos embaraços da sua existência independente. No ambiente exaltado do aplauso mundial, a crise no Congo ex-Belga apresentou, imediatamente após a proclamação da independência em 30 de Junho de 1960, o perigo do tribalismo (partido ABAKO e planos de reconstituição do antigo Reino de Congo), separatismo (a “independência” de Katanga /Shaba/ e Moisé Tshombe) e incapacidade da ONU de pacificar o país multinacional, multilinguístico e multicultural (intervenção mal sucedida dos “capacetes azuis” e a morte do secretário-geral da ONU Dag Hammarskjöld). Depois da crise de cinco anos, foi o militar Mobutu quem ofereceu uma típica solução africana na forma de um regime ditatorial e corrupto.

Nobres idéias do panafricanismo, cultivadas a partir de 1900 pelos estadunidenses e jamaicanos, não comprovaram a sua força em África para preparar bem a descolonização, apesar das conferências organizadas em Accra e Cotonou (1958), em Monrovia (1959), Addis Ababa (1960) e Cairo (1961) que transferiram planos antigos num projeto da cooperação africana, consumado pela criação da Organização da Unidade Africana, em 1963. A guerra fria, na qualidade da ordem mundial determinante, deformou tanto o processo da descolonização africana, como a vida das novas repúblicas africanas expostas agora às pressões políticas e económicas de fora e a falta dos quadros, das fontes e da coesão de dentro. Entre 1951 (independência da Líbia) e 1990 (Namíbia) desapareceram todos os impérios coloniais em África; porém, a competição aniquilante das

¹¹ É de recomendar, para o contexto mais amplo, a obra de Opoku Agyeman, *Nkrumah's Ghana and East Africa: Pan-Africanism and African Interstate Relations*, Florham: Fairleigh Dickinson University Press, 1992.

superpotências imprimiu o carácter conflituoso ao mesmo período. Foi preciso ou aderir ao Leste ou ao Oeste, ou travar a luta interna pela orientação política deste tipo sem respeitar características especiais africanas. Assim, a tendência da civilização técnica à “megamatança” (Brzezinski) foi transferida desde o topo da política mundial aos países mais vulneráveis do mundo.

A descolonização africana foi entendida, muitas vezes, como o “divórcio” entre europeus e africanos. Foi uma situação diferente em comparação com grandes culturas e países da Ásia, que nunca tinham precisado do contributo europeu, e com os países americanos, onde todas as raças e nações fundiram-se para criar uma nova qualidade populacional e cultural. O mal-entendido entre a cultura euroamericana e africana (Davidson 1991) consistiu na apreensão diferente da ordem e do direito. Embora cada uma das comunidades africanas tivesse desenvolvido um sistema funcional de *checks and balances* entre o poder herdado e imposto, os dirigentes dos países africanos independentes seguiram mais o modelo do poder e Estado colonial (comparado, por Davidson, com o Império Romano), sem aproveitar mecanismos funcionáveis e disponíveis da determinada comunidade (comparados com *Regnum Anglorum*). Mesmo a elite africana considerou tradições políticas africanas pouco úteis como Kwame Nkrumah, que suprimiu o poder dos régulos locais em Ghana. Assim, a descolonização africana não levou ao regresso feliz às raízes, mas sim ao caos (reviravoltas, golpes de Estado, governos militares), violência, excessos políticos (o “império” de J.-B. Bokassa), guerras internas (Biafra)¹² ou interestatais (Etiópia-Somália, Chade-Líbia etc.) e crises humanitárias provocadas, para além de outras causas, pela maciça migração política, ecológica e de segurança.¹³

Foi neste âmbito que decorreu a descolonização do império colonial português, o último dos impérios coloniais europeus.

A descolonização da África portuguesa

Dentro da descolonização africana, a dissolução do império colonial português decorreu de maneira diferente quanto ao tempo e carácter. Entre outras marcas, é de relembrar as mais significativas:

Os portugueses foram os primeiros a influenciar comunidades africanas. A partir da evangelização do rei do Congo, em 1491, ficavam na

costa africana e de vez em quando no interior africano apesar das doenças e guerras sem cessar. Embora se tratasse do domínio indireto, essa longa tradição criou condições para compreender o “terceiro império” (após a perda do primeiro império asiático e segundo império brasileiro) como a “terra e sangue de Portugal”, expressando-o nas constituições do século XIX e, no Ato Colonial de Salazar de 1930. O Estado Novo, formalmente existente entre 1933 e 1974, identificou o destino da sociedade portuguesa com o princípio do Estado pluricontinental composto, formalmente, após 1951/1954 das “províncias” europeias, asiáticas e africanas. A mitologia da grandeza imperial serviu, antes de tudo, para os portugueses europeus esquecerem a sua miséria e o atraso. Todas as camadas e orientações políticas portuguesas, com uma exceção formal dos comunistas, a partir de 1957, suportaram, no tempo inicial da descolonização africana, a política de permanência em África, custa o que custar (Sánchez Cervelló 1998: 17, Klíma 2000: 129). De outro lado, alguns membros da sociedade africana colonial começaram a sentir a essência da nascente vida e cultura nacional como uma síntese do português e do doméstico (Óscar Ribas em Angola). A frequente oscilação entre diferentes partes do mundo lusófono (a vida do escritor Castro Soromenho, carreira dos militares e funcionários públicos, estudantes ou jornalistas e até políticos africanos em Portugal etc.) foi fundamentalmente incompatível com a ideia de “balcanizar” individuais componentes do todo interligado.

O valor das colónias africanas de Portugal consistiu mais nas capacidades territoriais ou estratégicas do que nas populacionais. A população escassa (Cabo Verde, Guiné Portuguesa, São Tomé e Príncipe) ou dispersa (Angola, Moçambique) fez com que este mundo colonial atraísse menor atenção do que a Nigéria ou a Tanganica.

¹² A brutalidade do conflito essencial para a solução da forma do Estado africano deduz-se claramente do livro de Alfred Uzokwe, *Surviving in Biafra: The Story of the Nigerian Civil War*, Bloomington: iUniverse, 2003.

¹³ Resultados da investigação recente acerca da migração os oferecem Robert Stojanov e Jiří Novosák, *Migration, Development and Environment*, Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholar Publishing, 2008.

A ditadura portuguesa mostrou-se imprestável para qualquer reforma das relações centro – colónias. Porém, também as sociedades africanas não estavam preparadas para sentir a necessidade da independência. A instrução pública imperfeita e atrasada nas colónias não permitiu criar uma cultura suficientemente alta para exigir a independência por entre as populações nativas.

Planos de Fomento, a partir de 1953, ofereceram também progresso e industrialização ao ultramar. A modernização foi acelerada pelas reformas cívicas de Adriano Moreira de 1961 e a liberalização do investimento estrangeiro, a partir de 1965.¹⁴ Assim, o progresso material e social organizado pela administração colonial competiu com a ideia descolonizadora precisamente no mesmo período, quando apareceram problemas materiais e políticos na parte independente da África.

Embora cada regime colonial em África fosse edificado no princípio racista, o império colonial português, mais fraco e baseado na dominação indireta, mantinha relações físicas mais estreitas entre brancos e pretos em comparação com o alemão ou britânico. A camada de mestiços ia aumentando. A fundição de ambas as raças, embora conflituosa (como bem descreve Pepetela na sua novela *Yaka*), junto com a forte colonização branca nos últimos decénios em Angola e Moçambique e com o surgimento das novas nações insulares com raízes africanas e europeias criou um laço natural entre Europa e África. A convivência interracial, glorificada tanto pelo Estado Novo, quanto por Gilberto Freyre¹⁵, deveria tomar-se a sério em comparação com os regimes segregados (Rodésia, África do Sul) alertados com o exemplo português indesejável na vizinhança.

Na composição social ultramarina faltava a burocracia africana. Só elementos inferiores de polícia ou administração local ligados, quanto à sua carreira, com o sistema colonial, foram africanos. A ideia autonomista pôde ser cultivada, portanto, pelos intelectuais. Mas, a inteligência africana de expressão portuguesa nunca criou a sua própria base filosófica para o movimento independentista. Ou se deixou inspirar pela oposição política portuguesa (membros da Casa dos Estudantes do Império), ou era influenciada pelas correntes estrangeiras (*la négritude*) ou pelas ideias não-africanas (democracia ocidental, comunismo). Em 1956, Thomas Hodgkin constatou “a evidente não-existência do nacionalismo na África portuguesa” (Hodgkin 2008).

A complexidade de tribos, clãs e nacionalidades africanas tornou-se um impedimento para tanto o sentimento da nova identidade nacional, como para o programa geralmente aceite de independência.

O fator temporal desempenhou o duplo papel no processo da descolonização portuguesa. De um lado, o atraso da descolonização portuguesa proporcionou o tempo para amadurecimento das táticas e métodos da resistência nacionalista. De outro lado, o insucesso de muitos países independentes africanos junto com conflitos como a guerra de Biafra, a agudização do conflito racial nos regimes “brancos” sul-africanos e o desvio da atenção superpotencial desde África à Ásia entre 1960 e 1974 favoreceram a tentativa portuguesa de manter, após a perda da Índia Portuguesa, intacto o “terceiro império” africano.

Havia mais aspectos particulares na situação do império colonial português. Da mesma maneira, havia diferenças consideráveis entre cinco “províncias ultramarinas” africanas. A Guiné Portuguesa diferiu essencialmente dos restantes dois territórios insulares e, também, dos dois continentais. Portanto, a descolonização da Guiné merece uma atenção especial sob o ponto de vista de estudo comparativo.

II Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau no último império colonial

O teatro da descolonização

Embora existam numerosos estudos comparativos (Melo – Capela – Moita – Pereira 1978; Oliveira et al. 1979–1982; Chabal 1983; Sánchez Cervelló 1998; McQueen 1998; Klíma 2000

¹⁴ O investimento ao ultramar português antes da guerra colonial o enumera detalhadamente, p.ex. J. da Silva, *Portugalskije kolonii v Africe* (Colónias portuguesas em África), Moscovo: Editora da literatura estrangeira, 1962. Curiosamente, este e outros trabalhos pró-comunistas documentam assim a capacidade da administração ultramarina de assegurar o desenvolvimento destas partes do império.

¹⁵ A. A. de Andrade, *O Tradicional Anti-Racismo da Acção Civilizadora dos Portugueses*, Lisboa: AGC, 1953; G. Freyre, *The Portuguese and the Tropics. Suggestions Inspired by the Portuguese Methods of Integrating Autochthonous Peoples*, Londres: Int. Cong. Hist. Discovery, 1961.

etc.) que abordam particularidades de individuais possessões ultramarinas portuguesas na época da descolonização, vale a pena fazer uma pequena síntese das características guineenses.

O próprio território da Guiné Portuguesa foi o mero resto da influência comercial portuguesa na costa da África ocidental chamada antigamente “Guiné”.¹⁶ A faixa litoral entre Arguim e São Jorge da Mina, reclamada pelos portugueses, caiu às mãos dos competidores europeus relativamente cedo. Entre as savanas férteis senegalesas e a Guiné Francesa com montanhas e selvas, os 36.125 quilômetros quadrados do matagal húmido na foz dos rios Geba, Cacheu, Corubal e outros junto com alagadiças ilhas de Bijagós representaram o pior troféu dos europeus na região. Apesar da sua extensão inferior, as ilhas de Cabo Verde vizinhas com 4033 km² e as ilhas de São Tomé e Príncipe no interior do Golfo da Guiné com escassos 1001 km² possuíam a importância muito maior ou estratégica, ou económica. Entre as três possessões portuguesas em terra firme, a Guiné não se pode comparar com a grande Moçambique (812.379 km²) ou com o território maior de Angola (1.246.700 km²).

Também a qualidade do território da Guiné portuguesa diferiu muito do angolano ou moçambicano. Os pantanais não permitiam agricultura comparável com a angolana, inundações regulares a afetar a terceira parte do território não permitiam o modo de vida comparável com o conhecido na região dos prazos zambezianos ou no planalto angolano. A grande parte húmida do território da Guiné Portuguesa dirigiu-se logicamente às rotas marítimas e às ilhas vizinhas enquanto a pequena parte seca, aos reinos nativos em torno das montanhas de Fouta Djallon. Assim, as básicas características territoriais comprovam a inferioridade do país geopoliticamente encravado entre vizinhos indispensáveis: Senegal com nações irmãs (e com a questão territorial de Casamansa), Guiné ex-Francesa com fortes influências religiosas e políticas e Cabo Verde com influência histórica comercial, administrativa e cultural.

Com base na especificidade territorial, a Guiné representava sempre o “direito histórico” de Portugal de dominar a costa ocidental africana. As suas capacidades económicas, populacionais, energéticas e outras ficavam quase nulas. Não existiam grandes riquezas naturais exceto alguns itens da agricultura tropical, melhor dito extração complicada da borracha ou cultivo das frutas e

verduras regionais. Só a competição europeia na região e a mitologia colonial salazarista é capaz de explicar a decisão portuguesa de manter-se neste território. As deliberações políticas portuguesas durante a guerra colonial admitiam muitas vezes o abandono deste território se fosse possível manter Angola, Moçambique e as ilhas atlânticas. Ao mesmo tempo, a pequenez do território abriu a possibilidade, após a independência dos países limítrofes, da resistência funcionar fora do país, entrar e sair sem correr o risco da derrota. Não é paradoxo, então, que nos terrenos difíceis da pequena Guiné, tecnicamente bem controláveis pelas forças armadas modernas, o exército moderno não só perdeu a esperança de triunfar, mas sim concebeu planos da reviravolta política no Movimento dos Capitães.

Algumas das condições objetivas para a posterior transição consistiram, então, no carácter natural do território guineense, na posição inferior daquela “província ultramarina” por entre outras partes do mundo português e nas poucas capacidades económicas. Isto tudo não foi suficiente para justificar os custos da administração e da guerra coloniais.

Colonização, etnias e identidade

Segundo o recenseamento geral da população, a Guiné Portuguesa contava, em 1960, com 507.650 “não-brancos” e 13.686 brancos. O recenseamento organizado dez anos mais tarde (1970) indica, sem distinguir raças, o número total de 487.448 habitantes; a descida fica duvidosa, sendo o número total menor de um duplo da população caboverdiana (272.071) no mesmo ano (Oliveira et al. 1982: 267). Seja como for, o número dos brancos – muitos deles de origem árabe ou não-portuguesa – comprova a colonização mais fraca em comparação com restantes possessões continentais, onde programas do povoamento branco duplicaram, no fim do tempo colonial, os números referentes a 1960, isto é 172.529 brancos em Angola e 97.268 em Moçambique. Com exceção da pequena Bissau, não se desenvolviam centros urbanos tipo europeu na Guiné Portuguesa comparáveis com

¹⁶ Entre as poucas histórias da Guiné-Bissau existe o único livro na Europa central e oriental: Jan Klíma, *Guinea-Bissau*, Praha: Libri – Breve História dos Países, 2006.

Luanda (1955: 34.250 brancos, 11.550 mestiços, 143.800 africanos – Silva 1962: 138) ou Lourenço Marques (1960: 62.000 europeus do total de 183.000 – Votrubic 1969: 33).

O território pantanoso e chuvoso na região de *white man's grave* nunca permitiu a colonização branca por causa das doenças tropicais e pela falta de oportunidades para os europeus de trilharem nova vida. Consequentemente, a pressão colonial era sempre menor, embora o regime de indigenato apartasse a população africana e branca, da mesma maneira como em Angola e Moçambique, até às reformas de Adriano Moreira de 1961. Na Guiné, o sentimento de identidade entre os brancos foi influenciado, também, pela curta estadia temporária no país. Administradores, militares e funcionários públicos chegaram de Portugal para regressar a Portugal ao expirar o período de serviço. Os poucos moradores brancos estáveis identificaram-se, primeiramente, com a nação portuguesa, em segundo lugar, com a comunidade imperial. A identidade nacional guineense não existia, também por causa da composição da população africana.

Para a escassa população, a diversidade étnica e cultural foi extremamente grande. Depois de movimentos migratórios, guerras e assimilações, a maioria dos africanos pertenceu às balantas (30%, incluindo etnias mistas balanta-mane ou kunante-mansoanka), outros grupos étnicos foram fulas (25%, incluindo fulas-forros, fulas pretos e futa-fulas), mandingo (15%), pepel (10%) e, com menor percentagem, manjak, biafada, bijogo, diolo (felupe e baiote), tenda-badiara-pajadinka, soninké, susu, sarakol e outras (Klíma 2006: 130, com base nos dados eletrónicos). As rivalidades históricas, variedade de línguas e costumes, laços à parentela no “estrangeiro” vizinho, posição diferente das tribos no aparelho colonial, grau de contatos com a administração segundo região (pepéis perto de Bissau), isto tudo tornou impossível edificar uma forte consciência da identidade guineense entre os africanos ou criar uma nação sólida (Roosens 1989). A única fonte de ligação para todos foi o regime colonial, posto um pouco a parte pelas atividades das companhias estrangeiras. Esse sistema colonial, por um lado, enfraqueceu a identidade africana por ter introduzido padrões europeus e por dessacralizar o território marcado pelas tradições locais¹⁷, por outro lado não conseguiu, durante o século XX, construir uma nova identidade das populações

guineenses. Nem a identidade do Estado colonial, nem a original africana ficou clara e firme.¹⁸

Com base nisto, a Guiné Portuguesa possuiu a mínima identidade nacional em comparação com outras “províncias” portuguesas. O *nativismo* notado pelo governador português Biker em Cabo Verde ainda antes da primeira guerra mundial tornou-se uma base sólida para o sentimento de identidade nacional fortíssimo em Cabo Verde. O isolamento insular serviu para o fortalecimento da identidade ocorrido também nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Entre os territórios continentais, um sentimento de *angolanidade* surgiu, depois de aceitar a língua portuguesa e viver a prolongada tradição colonial, na grande parte do território de Angola. O racismo da população branca e a complicada composição étnica impossibilitou o mesmo sentimento em Moçambique. Em suma, a pior identificação existia na Guiné Portuguesa.

Não é estranho, então, que a identidade como a justificação mais importante da independência foi ligada com Cabo Verde, ou até “importada” de Cabo Verde, desmoronando-se novamente após a ruptura com os caboverdianos consumada pelo golpe de 1980. Contudo, da mesma maneira como aconteceu em Moçambique¹⁹, o esforço do PAIGC em unir nacionalidades e etnias guineenses foi aceite com entusiasmo pelas camadas mais cultas da população, sendo o projeto da

¹⁷ Está ainda por fazer um estudo sobre a relação entre o território e identidade para a Guiné-Bissau igual à obra da professora Isabel Castro Henriques, *Território e Identidade*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004, dedicado a Angola.

¹⁸ O problema da dupla identidade o aborda, em geral, a obra de Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein, *Race, nation, classe. Les identités ambigües*, Paris: Éditions La Découverte, 1997.

¹⁹ O depoimento de Gabriel Maurício Nantimbo: “Eu não sabia que Moçambique era a nossa pátria. Os livros diziam que éramos portugueses. Quando a FRELIMO começou a operar na nossa zona alguns camaradas explicaram-nos o que era e eu aderi à FRELIMO.” Alda Costa, Marina B. e Lucas Siteo, *O meu livro de história. História 4ª classe*, Maputo: INDE/Núcleo Editorial do Livro Escolar, 1985, p. 60.

nova nacionalidade africana muito mais compreensível para os guineenses que o império colonial ou a “comunidade lusíada” de Spínola.

Cultura política, tradição, educação

A cultura política, o ambiente importantíssimo para o funcionamento de todas as componentes sociais, baseia-se na “cultura geral”, isto é no grau de educação, escolaridade, instrução pública e influência das instituições culturais, e nos programas políticos conhecidos e aceites em relação às condições locais. Estas qualidades são resultado da experiência histórica.

Um dos mais fortes motivos da propaganda do PAIGC para derrubar o regime colonial consistiu na solução do atraso educacional na Guiné. É curioso que neste ponto os documentos do Partido poucas vezes falam sobre Cabo Verde, embora, no quadro político, acentuem a libertação de Cabo Verde. A nobre idéia do PAIGC de elevar o nível de cultura na Guiné assentou nos fatos preocupantes, utilizados frequentemente pelos adversários do conceito colonial português. Em 1950, de 502.457 nativos recenseados só 1157 foram capazes de falar português, desses 1083 souberam ler e escrever na língua portuguesa e 74 só ler (Silva 1962: 528). A mesma fonte constatada com curiosidade, que o maior número dos guineenses sabem ler e escrever na língua árabe. O fracasso da prolongada política de assimilação foi realmente visível na Guiné – no país africano rural sem grandes cidades, onde sempre foi difícil montar escolas. Concordatas e acordos do Estado português com a igreja católica de 1940 e 1941 asseguraram o ensino básico para uma parte dos africanos em Angola e Moçambique, onde existiam centros urbanos e oportunidades de aproveitar a instrução; as missões católicas e protestantes, porém, falharam no país com influências muçulmanas e animistas. Basil Davidson sublinha que, em 1960, um total de 11 africanos da Guiné tinham obtido um grau de “diplomado” em Portugal como “portugueses assimilados” (Melo – Capela – Moita – Pereira 1978: 52). Antes de melhorar a situação nos finais dos anos 60, a argumentação do PAIGC para justificar a resistência aproveitou a insuficiência cultural: “A luta contra a ignorância (do PAIGC) tem-se mantido apesar de todas as dificuldades resultantes da mobilização de quase todos os quadros nas actividades mais directamente ligadas à acção política e militar. A tarefa é árdua, dado o analfabetismo de

quase toda a população da Guiné. As raras pessoas que podem estudar para além do ensino primário não chegam a representar 0,3% da população...” (Melo – Capela – Moita – Pereira 1978: 195).

Neste sentido, o tardio regime colonial cumpriu a sua obrigação muito melhor que escolas básicas montadas nas áreas libertadas pelo PAIGC ou escola para crianças dos guerrilheiros e orfãos de guerra aberta em Conakry. Nos finais do tempo colonial, existiam no país (nas zonas controladas pela administração portuguesa): 343 escolas básicas com 32.896 alunos, 2 preparatórias (2068), 1 liceu (692), 4 escolas médias técnicas (601), 1 escola eclesiástica (21) e 2 escolas normais (548 alunos); nas universidades portuguesas estudavam, na altura, 111 guineenses (Oliveira et al. 1979). A “provincia” contava, também, com um museu, uma biblioteca pública e 7 cinemas.

Não obstante, tal iniciativa colonial não foi capaz de mudar a cultura política sedimentada por entre a população africana durante séculos. Para apagar as guerras entre africanos e assegurar o controle do território, as guerras de ocupação travadas, sobretudo, por João Teixeira Pinto cupriram a tarefa. Porém, a utilização absoluta da “guerra preta”, quer dizer o engajamento dos africanos em ambos os lados do conflito prolongado fortaleceu a cultura política dos guerreiros. Embora o governador Jorge Frederico Velez Carozo constatasse, em 1921, que “hoje não há guerras, a Guiné fica pacificada” (Klima 2006: 70), inquietudes rebentaram na ilha de Canhabaque em 1925 e 1936. Não há dúvida que os valores de valentia em combate e façanhas de guerra mantiveram-se na aldeia atrasada da Guiné Portuguesa durante o mesmo tempo, quando a pressão do aparelho colonial do Estado Novo tornou imperiosa a paz. O espaço vazio entre os “civilizados” com a cultura superior e “indígenas” inferiores (Cornatssel 2003) ficou sensível até à proclamação da independência. A instrução pública tipo europeu não substituiu a tempo as valias tradicionais, chegando só na última década do tempo colonial, no mesmo período, quando a resistência nacionalista fez reviver – com grande êxito – a nunca esquecida cultura dos *warlords*.

O esforço do PAIGC de melhorar a instrução pública, por exemplo através de 160 “professores-combatentes” em 1966 (Melo – Capela – Moita – Pereira 1978: 196), foi também tardio e insuficiente. É interessante que também o PAIGC tentou criar a identidade nacional através

do ensino em português, a única língua capaz de unir populações diferentes do país, isto em Conakry francófona.²⁰ Não obstante o sucesso na guerra de guerrilha foi mais importante para o movimento nacionalista. Muito mais que o ensino insignificante, foi a guerra de libertação que desempenhou o papel unificador por entre populações diferenciadas, acentuando valores de combate contra os europeus. Este mesmo papel não o conseguiram desempenhar nem a cultura geral, nem a educação no país. O risco da fonte militar de identidade nacional devia surgir só após a independência na renovação da cultura de guerra.

À luz da grande diferença cultural entre o grosso da população guineense e a administração europeia, a luta entre ambas as partes (não só em 1963–1973) relembra a construção de Samuel Huntington sobre o *clash of civilizations*, sendo a diferença acima mencionada, na Guiné Portuguesa, a maior em comparação com outros territórios portugueses.

O conceito da dupla independência

Enquanto a resistência em Angola nunca foi capaz de unir três, quatro ou mais vertentes num só país e a moçambicana, predominando a FRELIMO, esforçou-se a conquistar o poder em Moçambique, na Guiné foi criada uma fórmula especial para libertar, através de uma luta, dois países com destinos bem diferentes.

O tráfico de escravos afetou a Guiné nos tempos muito remotos e a resistência das nações guineenses durante o século XIX não permitiu alargar nem a escravatura, nem o trabalho forçado. As Ilhas de Cabo Verde, ao revés, derivaram o seu sentido da posição marítima do entreposto comercial para o tráfico de escravos e a instituição da escravatura existente nas ilhas até 1878 (Carreira 2000), encontrando melhores condições na nova nação. Mas, depois desenvolveu-se rapidamente o sentimento da identidade caboverdiana. O *Seminário-Liceu de São José* que começou a funcionar em 16-1-1867 na Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, formou a primeira geração da inteligência determinada para “fertilizar” as colónias africanas (Artiletra 2004), encontrando melhores condições nas ilhas. A inclinação à instrução, leitura e cultura ajudou a alastrar a consciência nativista às camadas mais amplas, embora surgidas de muitas nacionalidades africanas e europeias. A orientação caboverdiana, tão diferente da guineense, estava claramente expressa já no primeiro

número de *A Justiça*, em 1881: “Exaltar as inteligências a uma ideia nobilíssima e resignada, acender nos corações o fogo sagrado do amor da pátria, instruir o povo sobre os seus direitos e deveres, espedaçar o ceptro de ferro, libertar a consciência de toda a opressão e o pensamento da mais leve sombra da tirania” (Andrade 1998: 41). A geração de Eugénio Tavares (1867–1930) e de Pedro Cardoso (1883–1942) com a sua sigla *Afro* (Brito-Semedo e Morais 2008) criou a literatura nacional caboverdiana com temas e formas (*morna*) locais (Artiletra 2000), com aproveitamento do bom português e do crioulo local. Nos anos 30, a *caboverdianidade* existia como uma forte identidade nacional capaz de produzir cinco antologias de poesias sob a denominação de *Claridade*, sendo os *claridosos* já pais dos próceres da independência nacional tanto guineense como caboverdiana. O alto nível de deliberações sobre a identidade nacional o comprova a discussão, nos mesmos anos 1930, sobre a importância da fonte ou africana ou europeia da nacionalidade africana (Duarte 1999). Naquela altura a visão internacional dos caboverdianos permitiu até fundar sociedades cívicas com o objetivo de agrupar a população, instruí-la, acentuando valores de autoaperfeiçoamento, disciplina e patriotismo, tudo isso para contribuir para o melhoramento da

²⁰ Neste contexto, é útil trazer à memória a seguinte passagem: “O responsável dos problemas escolares do Norte, Anselmo, 23 anos, que terminou os estudos no liceu de Bissau, justifica do seguinte modo o ensino de português: «No primeiro ano, ensinamos em crioulo; depois como não há ortografia – é uma língua apenas fonética –, passa-se ao português. Nem todos os alunos falam crioulo... Há, portanto, a par do problema de instrução, um problema de língua: conseguir fazer passar do crioulo ao português, ou da língua local ao crioulo e depois ao português. Seria melhor alfabetizar as línguas locais? Tentamos e depois preferimos que o crioulo se torne a língua veicular e que o português seja a língua administrativa. No crioulo há diferenças de nível, pois de facto é o português africanizado. Nas pessoas da cidade, por exemplo, o crioulo é quase português. No campo quando é falado, é já muito africanizado.»” (Melo – Capela – Miota – Pereira 1978: 196–197).

Pátria e da nação. O exemplo do *Sokol (Falcões Portugueses de Cabo Verde)* mindelense, a funcionar como uma espontânea organização cívica com base no modelo checo (Lopes 2002: 92–93), é um típico documento da sociedade capaz de se evoluir e de progredir através das suas próprias forças espirituais (Klíma 2002).

Antes de começar o movimento cultural *Vamos descobrir Angola* na maior colónia portuguesa, antes do semelhante movimento *Vamos descobrir Moçambique* colheu poucos sucessos na sociedade moçambicana mal congruente, a identidade caboverdiana, tendo aproveitado o *crioulo* local (Duarte 2003) e a herança da cultura africana (Semedo – Turano s.d.), foi perfeitamente definida. A esse ponto, o crioulo desunido e variável na Guiné Portuguesa, herdado dos remotos tempos quando o português africanizado serviu de *lingua franca* para comerciantes na África ocidental, não foi usado pelos próprios africanos conscientemente como uma língua da literatura nacional. Consequentemente, a Guiné Portuguesa, para além de receber muitos caboverdianos na qualidade de administradores ou funcionários públicos, nunca produziu um movimento cultural semelhante ao caboverdiano ou angolano.

Embora houvesse guineenses engajados nas organizações dos africanos em Lisboa a partir do período republicano, foi seguramente a influência dos caboverdianos que acendeu o plano de conquistar a independência da Guiné – junto com a de Cabo Verde. Organizações nacionalistas com maior influência, criadas na Guiné, costumavam ter o C ou CV na sua abreviatura, sendo o PAIGC o mais famoso. O projeto de unir dois territórios coloniais (sem a resistência efetiva nas ilhas de Cabo Verde) causou uma pequena confusão no momento final. A proclamação da independência da Guiné-Bissau, em 25 de Setembro de 1973, “proclama solenemente o Estado da Guiné-Bissau (...) que tem como primeiro objectivo a libertação total da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde e a união destes dois territórios para a criação duma pátria africana...” (*Textos africanos de expressão portuguesa* s.d.: 276). E a proclamação da independência de Cabo Verde, já após o 25 de Abril, em 5 de Julho de 1975, define a duplicidade estatal por meio das formulações poéticas: “A República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau são duas flores nascidas do esforço e de sacrifícios comuns dos filhos da Guiné e Cabo Verde, unidos num mesmo combate sob

a bandeira do nosso Partido. Como os filhos de Cabo Verde, que na terra livre da Guiné-Bissau contribuem, como nacionais, para a construção do País, os filhos da Guiné-Bissau terão nesta terra mais uma Pátria. (...) E o dia não vem longe em que as duas Nações irmãs, associadas numa união fraterna – dois corpos e um só coração – constituirão a bela realidade...” (ibidem: 273).

Para a futura Guiné-Bissau, o aproveitamento da identidade madura dos caboverdianos mostrou-se sumamente frutífero. A ideologia baseada na conquista da dupla independência funcionou perfeitamente com o contributo espiritual dos dirigentes e o militar dos guineenses experimentados nas lutas anticoloniais. Infelizmente, o baixo sentimento nacional dos componentes da sociedade guineense revelou o ponto mais fraco no momento da proclamação da independência, já sem Amílcar Cabral (1924–1973). O desequilíbrio das duas identidades tornou-se claro após o golpe de 1980.

Dirigentes – um só coração da dupla (?) resistência

O sucesso da luta de libertação na Guiné-Bissau deveu-se muito aos dirigentes da resistência. No lado nacionalista assim como no oposto apareceram personagens excepcionais. A liderança do movimento de libertação coincidiu sobretudo com as atividades dos irmãos Cabral. Foi este grupo de procedência ou formação caboverdiana que tinha tentado fundar a Associação de Desportos e Recreio em Bissau, em 1954, fundando, um ano depois, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) como um pequeno círculo de discussão. A porção dos caboverdianos e guineenses na alegada fundação do PAIGC (primeiramente PAI ou União dos Povos da Guiné e Cabo Verde), a 19 de Setembro de 1956, a expressa bem José Vicente Lopes: “Segundo Luís Cabral, além do irmão, participam no que é considerado o encontro constitutivo do PAIGC os cabo-verdianos Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida e os guineenses Elysée Turpin e ele, Luís Cabral, sendo este filho de um cabo-verdiano e de uma portuguesa” (Lopes 2002: 40). Abílio Duarte, natural da Praia, naquela altura não presente, mas ligado com o grupo, acrescenta mais nomes dos guineenses ativos entre os fundadores: Joaquim Carrington da Costa, João Rosa e Victor Robalo – os dois primeiros presos pela PIDE e o último sem ânimo

de deslocar-se para o estrangeiro (ibidem), quer dizer, pouco ativos na realidade.

O núcleo dependia da ação dos irmãos Cabral, mais propriamente dito, da capacidade organizacional e intelectual de Amílcar Cabral. Enquanto a incerteza acerca da fundação do PAIGC é semelhante ao caso angolano (teorias sobre a fundação do MPLA), a posição de Amílcar Cabral na resistência é única em comparação com todos outros líderes nacionalistas da África lusófona. O tribalismo bacongo de Holden Roberto em Angola (UPA, UPNA, FNLA) competiu com a visão mais ampla de Agostinho Neto do MPLA. Mas, o MPLA sofreu dissidências e conflitos internos – as alas de Viriato da Cruz e, mais tarde, de Daniel Chipenda, Nito Alves e outros foram suprimidas ou desarraigadas. Mesmo a FRELIMO, cuja fundação é totalmente clara, sofreu de luta interna, cujo fruto se tornou visível com a morte de Eduardo Mondlane, em 1969. As dissidências permanentes e posteriores reavivaram movimentos tribais ou regionais moçambicanos, cuja herança abusou, muito mais tarde, a RENAMO.

Nada disso aconteceu na Guiné, embora existissem numerosas vertentes do movimento da libertação. É por isso que Amílcar Cabral merece a honra de ter superado divergências e unir os nacionalistas de diferentes orientações para a luta e para a posterior independência. A tentativa de 12–14 de Julho de 1961 deve ser sublinhada, quando A. Cabral, representando então o MLGCV, convocou uma reunião, cujo fruto foi a criação da Frente Unida de Libertação composta do MLGCV (PAIGC) e das FLGC de Henri Labéry, UDC e UPG (Tomás 2007: 131). Isto aconteceu antes da fundação da FRELIMO em Moçambique, enquanto a resistência angolana foi condenada para sempre mais cisões. Não vale a pena reproduzir aqui a biografia do líder guineense com raízes e formação caboverdiana, com quem ficaram fascinados tais historiadores da África portuguesa como Basil Davidson (Davidson 1984) ou Patrick Chabal (Chabal 1983). Contudo, na última biografia de autoria de António Tomás aparece uma nova linha de pensamento bastante forte – que o líder não conseguiu dominar plenamente divergências entre caboverdianos e guineenses, não pôde agir sozinho, ao mesmo tempo, no estrangeiro e nos campos dispersos de combate na Guiné. É verdade, contudo, que a resistência guineense teve um forte coração caboverdiano-guineense. Apesar da posterior

dupla independência fica duvidoso se se tratasse da dupla resistência. Com exceção de individuais manifestações de desgosto com o regime português, nas ilhas de Cabo Verde nunca aconteceu qualquer ação violenta ou manifestação de massas contra o sistema colonial. A posição privilegiada das ilhas e o afastamento das individuais partes do arquipélago fizeram decidir a situação política na cidade da Praia, depois de 25 de Abril, sem provocar grande entusiasmo nas ilhas tão sossegadas como São Nicolau ou Fogo.²¹

Nem em Angola nem em Moçambique obteve um líder nacionalista um digno homólogo no campo oposto. Só a governação de António Spínola entre 1968 e 1973 na Guiné ofereceu a possibilidade teórica de reconciliar a parte nacionalista com a portuguesa. De igual modo como Kaulza de Arriaga em Moçambique ou Costa Gomes em Angola, Spínola chegou primeiramente como comandante militar. Soube de antemão – discordando com instruções de Salazar – e verificou imediatamente no terreno, porém, que a solução podia ser somente política. Do seu lado, fez muito para fazer avançar não só a posição das forças armadas já bastante africanizadas²², mas também o desenvolvimento político e económico da parte portuguesa da “Guiné melhor”. Sem obter aprovação por parte de Marcello Caetano para um diálogo aberto com Amílcar Cabral, Spínola finalmente resignou. Lógicamente, foram os seus “rapazes da Guiné” (MacQueen 1998: 61), os quais formaram o Movimento dos capitães e o posterior MFA, elevando Spínola, depois do 25 de Abril, à função do Presidente da República. Spínola, progressista no período marcelista e conservador no período depois da “Revolução dos Cravos” (Morais 2007), fica assim a maior

²¹ O autor sai das suas entrevistas com as populações das ilhas fora da ilha principal de Santiago. Parece que apenas a cidade da Praia e a do Mindelo concentraram grupos conscientes nacionalistas; para o resto da população caboverdiana, dirigentes portugueses conhecidos foram substituídos, em 1974–75, por outros estrangeiros, geralmente desconhecidos no momento do nascimento da República de Cabo Verde.

²² Vale a pena lembrar, por exemplo, a lealdade de tais comandantes do exército português como Marcelino da Mata – ver Antunes 1996: 549.

exceção dentro da incapacidade geral portuguesa de buscar solução viável do conflito africano. O insucesso final do governador demonstrou a dependência total do mesmo conflito da conjuntura internacional existente durante a guerra fria.

Ação portuguesa

O atraso da Guiné Portuguesa saltou à vista dos primeiros soldados portugueses que chegaram ao país em 1963. Contudo, o decênio a seguir mudou o país consideravelmente. O progresso seguiu primeiramente a linha económica e, com a chegada de Spínola, a linha política e militar também.

O progresso económico devia servir tanto aos militares coloniais presentes como à população nativa. Sem afetar a agricultura doméstica, a maior fonte de subsistência, mudou o carácter do país sensivelmente no fim do tempo colonial. Naquela altura, a Guiné Portuguesa produzia arroz, milho, amendoim, coconote e sorgo na quantidade mais que suficiente, o país possuía 105 pequenas fábricas, 67 delas em Bissau, sendo as maiores a Companhia Industrial de Cervejas e Refrigerantes e a Companhia de Pesca e Conservas da Guiné. O total de 3570 quilómetros de estradas (1972, disso 517km asfaltadas) possibilitou penetrar em todos os cantos do país pantanoso 5124 veículos a motor, mantendo-se o transporte fluvial no primeiro lugar, dado o carácter geográfico do país. Portos suficientes e o transporte aéreo aumentaram o intercâmbio de mercadorias. Também os serviços de saúde, além dos de educação já mencionados acima, melhoraram: 55 estabelecimentos medicinais com 91 médicos, 2 veterinários, 2 farmacêuticos, 10 analistas, 176 enfermeiras e mais de 400 outros elementos cobriram bem as necessidades da população (Oliveira et al. 1979). O terceiro plano de fomento, não realizado por causa da reviravolta política, pressupôs o desenvolvimento mais rápido. Esse grau de desenvolvimento ainda não criou o relativo bem-estar que foi visível nas metrópoles como Lourenço Marques ou Luanda (relativo à população branca ou “assimilada”), mas pelo menos a modernizada cidade de Bissau, na zona das repetidas inundações e doenças tropicais, já ofereceu condições de vida minimamente aceitáveis. O PAIGC, para além do material militar e armamento moderno, nunca obteve tanto investimento e apoio material para poder superar as autoridades portuguesas no campo económico.

Se o avanço económico tornou-se imperioso no período, quando as autoridades coloniais competiram com a resistência armada e quando a África livre começou a sentir uma desilusão crescente, o avanço político foi ainda mais importante. O “programa de ação cívica” de Spínola aproveitou os recursos militares para obras públicas e melhoramento educativo. Os Congressos do Povo, abrangendo diferentes etnias, desempenharam o papel de uma espécie de parlamento nacional dos africanos (MacQueen 1998: 61), embora sem competências diretas e claramente definidas. Foi esta aproximação da administração portuguesa à população africana que garantiu a lealdade dos fulas e uma base para futuras negociações com o campo nacionalista.

O desenvolvimento económico e político da Guiné Portuguesa no último decênio da presença portuguesa foi de mais grande alcance e de mais amplas consequências que o semelhante desenvolvimento de Angola, Moçambique, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe que já tinham conhecido o progresso material e algumas vantagens políticas (a não-existência do “indigenato” nas ilhas, “Estados” de Angola e Moçambique proclamados em 1972 pelo governo marcelista). A Guiné Portuguesa mudou do primitivismo ao estado mais ou menos civilizado; isto aconteceu muito tarde, mas de maneira bastante sucedida. A consequência tirada disso cabalmente pelo PAIGC foi a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau nas “zonas libertadas” em 23 de Setembro de 1973. Foi esta medida que impediu a aceitação da ação portuguesa pela população guineense, que impossibilitou qualquer reconciliação ou negociações com o governo em Lisboa ou Bissau, com base na repercussão internacional. Com isto e dentro do ambiente mundial, o caso do Canadá ou da Guiana Francesa não se pôde repetir na Guiné-Bissau.

Contexto internacional

A partir dos primeiros momentos da crise colonial portuguesa, o quadro internacional foi decisivo para a solução final. O grau de desenvolvimento ou de opressão colonial não foi muito importante na ordem mundial, que pediu a autodeterminação dos povos como uma *conditio sine qua non* pela Carta da ONU e depois, pelas superpotências. Entre os massacres coloniais que serviram para reivindicar a independência, o de Pidjiguiti foi provavelmente menos trágico com 7 mortos e 15 feridos

(Oliveria et al. 1979: 108), sendo o pior o de Batepá, em São Tomé, em 1953, reivindicado muito mais tarde pelo CLSTP/MLSTP, bastante desumano o de Angola de 1960 (depois da detenção de Agostinho Neto) e sumamente racista o de Mueda de Moçambique, 1960.

Amílcar Cabral, instruído pelos sucessos de Holden Roberto nas reuniões internacionais, começou a aproveitar o ambiente mundial para pedir, por parte do governo de Portugal, “o reconhecimento solene e imediato dos direitos dos povos guineense e caboverdiano à autodeterminação...” (ibidem 210). Esta reivindicação de 25-9-1960 junto com as posteriores “cartas abertas” e petições não foi dirigida, no primeiro plano, a Lisboa, mas sim à comunidade internacional. As campanhas diplomáticas de Cabral forçaram o presidente senegalês L. S. Senghor a não apoiar mais a FLING, as suas visitas a entidades mundiais importantes persuadiam a OUA para reconhecer, em 1965, o PAIGC como a única representação do povo da Guiné e Cabo Verde. Nem a resistência angolana sempre dividida, nem a moçambicana a mudar a orientação universal de Mondlane à doutrina de esquerda de Samora Machel e Marcelino dos Santos teve a repercussão internacional tão positiva como a guineense. A missão da ONU, entre 2 e 4 de Abril de 1972 nas “zonas libertadas” da Guiné junto com o discurso de A. Cabral perante a comissão da ONU em 16-10-1972 contribuiu para a XXVII sessão da AG da ONU, em Novembro do mesmo ano, reconhecer oficialmente a resistência guineense como o Estado-candidato da organização mundial. Portugal foi derrotado diplomaticamente pelo reconhecimento oficial imediato da independência da Guiné-Bissau proclamada em Setembro de 1973 por mais de 40 Estados-membros da ONU, incluindo dois membros do Conselho de Segurança (Oliveira 2001). Na Guiné surgiu uma atividade política nacionalista mais eficaz quanto à sua aceitação internacional. É por isso que o próprio Marcello Caetano, em Maio de 1973, após a morte de A. Cabral, “reconheceu que a Guiné portuguesa era um caso à parte, diferente da situação de Angola e Moçambique...” (Cervo e Magalhães 2000: 242). É por isso que a “geração de Cabral” e o próprio prócer continuam a ser pesquisados e galhardoados a diferença dos líderes disputáveis angolanos, moçambicanos ou santomenses (Rabaka 2009).

Graças a Cabral, a resistência guineense, diferente das outras nas possessões portuguesas,

superou o conflito ideológico premente. Ao começar, todos os chefes nacionalistas partiram do conhecimento do mundo ocidental, mas adotaram a linguagem marxista que serviu como um sinónimo da oposição. Cabral afirmava repetidas vezes que o seu partido não era nem comunista nem marxista. Apesar disso conseguiu colher boas graças de todas as superpotências do período, isto é da União Soviética, dos Estados Unidos da América e da China continental.

Como as deslocções de Amílcar Cabral para os grandes centros superpotenciais são bem conhecidas, vamos passar ao exemplo checoslovaco para explicar o sucesso guineense.

Para a diplomacia da então República Socialista da Checoslováquia, membro do bloco comunista, foi difícil discernir o papel de Holden Roberto e Agostinho Neto na resistência bicéfala angolana. As dúvidas acerca das vertentes nacionalistas angolanas fortaleceram visitas de vários líderes angolanos a pedir apoio nas embaixadas checoslovacas em Léopoldville (Kinshasa), Accra, Cairo etc. Embora houvesse remessas do material bélico e equipamento militar para movimentos armados em Angola, a fragmentação do nacionalismo angolano enfraqueceu este apoio consideravelmente.²³ A semelhante ajuda para a FRELIMO em Moçambique chocou com dificuldades logísticas; foi extremamente difícil atravessar partes inquietas da África com muitas armas ou material de guerra; depois da mudança à frente da FRELIMO (Samora Machel, 1969), a Checoslováquia e o bloco comunista em total perderam muito da sua iniciativa por

²³ A escrita No. 027.513/65-10 de 17-9-1965, deferimento dos responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros, diz: “A Embaixada (checoslovaca) em Cairo pede uma decisão acerca da proposta do MPLA para que a Checoslováquia influencie os países africanos, com os quais tem relações mais estreitas, para que esses países cortem a cooperação com Portugal. Os representantes do MPLA querem conseguir um boicote político e económico de Portugal semelhante ao da África do Sul. Não é possível satisfazer o pedido do MPLA por nossa parte dado que as relações comerciais da República Socialista da Checoslováquia e de Portugal estão a desenvolver-se de maneira bem sucedida e vão continuar...” Arquivo do MNE, Praga, maço Angola.

causa da supressão do “socialismo com cara humana” na Checoslováquia (ou a Primavera de Praga) em 1968 e por causa das consequências profundas deste evento. Na ótica checoslovaca, a resistência guineense, entre as existentes nos territórios portugueses, dispunha de três vantagens: (1) A proximidade geográfica e a boa cobertura da África ocidental com embaixadas checoslovacas fizeram a região mais acessível. (2) Relações estreitas entre Checoslováquia e a Guiné ex-Francesa (algumas unidades das forças armadas e policiais deste país receberam o treino na Checoslováquia ou pelos oficiais checoslovacos, a embaixada checoslovaca foi uma das mais fortes em África) possibilitaram o fornecimento de qualquer ajuda material ao PAIGC através de Conakry. (3) A cooperação pessoal de Amílcar Cabral com os Serviços Secretos da Checoslováquia (mais importante que a mesma de Viriato da Cruz) entabularam relações regulares a alimentar a convicção dos dirigentes de Leste de que a vitória dos guerrilheiros na Guiné Portuguesa vai provocar o “efeito dominó”, abrindo todos os países lusófonos em África, após a sua libertação, à influência comunista. Por conseguinte, o apoio ao PAIGC (às FARP) teve prioridade.

Na altura do início da guerra colonial em Angola, Amílcar Cabral e Aristides Pereira fizeram escala em Praga na sua viagem desde Moscovo. A 20 de Março de 1961, ambos foram recebidos pelo vice-ministro do interior e outros dirigentes checoslovacos. Cabral impressionou bem os altos funcionários checoslovacos, demonstrando “o conhecimento profundo do marxismo-leninismo que aplica, até certo ponto, no Programa do PAI elaborado por ele” (Zidek – Sieber 2007: 95). Depois de consultar a União Soviética, o bureau político do Partido Comunista da Checoslováquia (KSČ) decidiu, em 1-8-1961, fornecer o apoio no valor total de 1.210.000 Coroa checoslovacas para o PAIGC incluindo metralhadoras, armas ligeiras, explosivos e uma motocicleta. Informado sobre isso, A. Cabral entabulou a cooperação com serviços secretos checoslovacos através da embaixada checoslovaca em Conakry. Como agente da espionagem checoslovaca sob o nome clandestino de “Secretário”, passou a ser o informador mais útil entre todos os quadros semelhantes recrutados pelos serviços secretos checoslovacos nos territórios lusófonos. Entre 1961 e 1973, informou 73 vezes sobre o desenvolvimento das operações da guerra de guerrilha na Guiné e sobre

a situação na região da África ocidental e da África lusófona (Zidek 2006: 122).

Após a primeira remessa do material de guerra que chegou a Conakry em Dezembro de 1961, os órgãos checoslovacos enviaram a segunda a Marrocos, em 1962. Amílcar Cabral junto com o seu irmão Luís pediram mais armas checoslovacas em 12 de Outubro de 1963. A presidência do KSČ satisfaz o pedido em 30-6-1964, constatando que “se tratava de um movimento a sério que alcança sucessos concretos na luta contra o colonialismo e por causa das relações boas da chefia do PAIGC à Checoslováquia” (Zidek – Sieber 2007: 96). Uma ajuda semelhante foi aprovada pelas decisões do Partido Comunista da Checoslováquia de 1-6-1965 e 14-12-1966. Contatos com o PAIGC ficaram vivos até depois de abafada a “Primavera de Praga” em Agosto de 1968, sendo rejeitada a tentativa da FLING, em 10-4-1968, de receber o apoio checoslovaco através da embaixada em Paris. Deslocações de Amílcar Cabral a Moscovo, Washington e a outras metrópoles perturbaram os seus contatos com adidos militares das embaixadas checoslovacas em África nos inícios dos anos 1970. Para fazer o diálogo mais vivo, um oficial dos serviços secretos falou com Cabral em Conakry a 16-1-1973, marcando uma entrevista para os dias a seguir; esse contato nunca se realizou por causa do assassinato do líder guineense a 20-1-1973.

Foram as armas checoslovacas e soviéticas que garantiram, após a morte do prócer, que a força militar dos guerrilheiros fosse suficiente para pôr em perigo a aviação portuguesa, eliminando assim a superioridade do exército colonial. A ajuda semelhante outorgada ao MPLA foi consideravelmente menor e a fornecida à FRELIMO, a mínima, embora Eduardo Mondlane afirmasse, para a imprensa tanzaniana, em Janeiro de 1965, que as promessas de apoio chegaram “por parte dos gigantes militares da Rússia, Checoslováquia e outras potências” (Zidek – Sieber 2007: 152). No caso do MPLA e da FRELIMO, tratou-se do apoio mais diplomático e moral que material, enquanto o PAIGC gozou dos benefícios checoslovacos (e outros) maciços de todo tipo.

A diferença das principais superpotências que apoiaram mais – possuindo meios técnicos para isso – a resistência em Angola e Moçambique, a Checoslováquia, muito interessada em África naquela altura, preferiu apoiar o PAIGC e Amílcar Cabral em pessoa, sem omitir o MPLA e a

FRELIMO. Enquanto o apoio na forma de treino militar ou civil (contabilística, abastecimento etc.) para as três organizações nacionalistas de esquerda foi comparável, o maior apoio material o recebeu o PAIGC. O “efeito dominó” comprovou o seu funcionamento. Problemas da administração e exército coloniais na Guiné exerceram, junto com a coordenada pressão diplomática global, a influência decisiva para que Portugal abandonasse, também, Moçambique e Angola, onde as forças portuguesas nunca perderam a guerra.

Conclusões

A descolonização da Guiné-Bissau, se bem que uma parte integral da descolonização portuguesa, mostrou muitas características específicas. A resistência conseguiu formar dirigentes e programas, embora ligados ao ambiente intelectual caboverdiano ou africano-elitista em geral (sendo a Casa dos Estudantes do Império o berço do posterior nacionalismo lusoafricano). A guerra dispersa e conduzida desde os centros estrangeiros foi muito mais importante que as reformas agrárias, sociais, medicinais e outras previstas para o povo guineense – e nunca realizadas. Amílcar Cabral como supremo líder da resistência armada compreendeu perfeitamente que a decisão do problema seria política, combinando efetivamente ações violentas no terreno com as diplomáticas em quatro continentes.

Negociações com Portugal decorreram tarde, já após o 25 de Abril. A falta do acordo mútuo no momento da proclamação da independência (23 de Setembro de 1973) impossibilitou qualquer outra solução, complicando, também, o projeto da dupla independência.

A criação do novo sistema político nas zonas libertadas seguiu o modelo totalitário. Discursos para meios de comunicação social sobre justiça e democracia não coincidiram com a prática que excluiu todas as opiniões opostas ou diferenciadas da participação nas eleições precedentes à proclamação da independência. A presumida vantagem para o PAIGC (Sartori 2001: 39)²⁴ tornou-se perigo no tempo da independência, preferenciando os chefes militares no sistema político e comprovando o não-conhecimento do sistema democrático nos anos 90. O peso da vitória criou assim o sistema político do partido único que, depois das mudanças globais, não permitiu passar a um sistema efetivo do partido predominante ou de dois partidos ou do pluralismo limitado (Sartori 2005:

130). A solução menos política e mais militar adquiriu o aspecto dos *warlords* a disputar o poder em detrimento da população e do progresso. Assim, a independência da Guiné-Bissau não contribuiu para criar “a África útil” (Adriano Moreira, *África 30 anos depois*, 2005: 240).

A transferência do poder foi também singular. Como aconteceu em Angola, o primeiro içar da nova bandeira, em 1973, não foi acompanhado pela potência colonizadora. Mas, isto ocorreu antes da revolução em Portugal. A própria potência colonizadora reconheceu a Guiné-Bissau independente, excepcionalmente, em 1974, logo depois da revolução portuguesa.

Para concluir, será útil sumarizar as características mais típicas da descolonização da Guiné-Bissau (Klíma 2000: 191–192):

(1) O PAIGC dirigiu a luta de libertação na qualidade da única organização sem concorrência significante e com fracionismo oculto até à vitória entre caboverdianos e guineenses.

(2) O PAIGC optou pela forma violenta da luta, mas a intensidade das operações bélicas ficava baixa.

(3) O PAIGC aproveitava a solidariedade africana, comunista e democrática graças à posição excepcional e tática eficaz de Amílcar Cabral.

(4) O PAIGC aproveitou a seu favor a posição geográfica do país encravado entre os Estados livres africanos com as etnias afins.

(5) O PAIGC conseguiu aproveitar, também, um certo desinteresse das potências (incluindo Portugal) no país sem grandes recursos naturais e populacionais.

(6) O programa do PAIGC conseguiu cair nas graças da população africana por acentuar a liberdade e progresso social.

(7) O PAIGC nunca recorreu ao “racismo negro” (diferentemente de algumas ações da UNITA em Angola), repetindo, pela última vez na proclamação da independência, o princípio da luta “contra o colonialismo português e não contra o povo português”.

(8) O caso guineense comprovou a insustentabilidade da doutrina colonial, a inflexibilidade

²⁴ Aqui diz Sartori: “Os proponentes dos sistemas eleitorais no mundo inteiro comparam superficialmente os sistemas existentes, terminando com a aceitação daquele sistema que lhes garantisse, segundo a sua opinião, uma vantagem imediata...” (tradução de J. Klíma).

do marcelismo e a inefetividade do progresso material introduzido para competir com as idéias libertadoras.

(9) O PAIGC, na realidade, subestimou as necessidades económicas do país. A prioridade dada à resistência armada na Guiné repetia-se por entre as organizações nacionalistas nos restantes territórios portugueses, criando posteriormente (com exceção das ilhas de Cabo Verde) condições para um declínio rápido das economias nacionais.

(10) No ambiente guineense fracassaram tentativas singulares do governador Spínola de reformar relações entre a administração colonial e a resistência armada nos momentos finais da descolonização africana.

(11) A proclamação da independência da Guiné-Bissau foi um evento jurídico sem par por excluir todas as formas da possível sucessão de poder ou de uma cessão formal por parte da administração portuguesa.

(12) O PAIGC optou pelo sistema do partido único, não admitindo uma competência livre das opiniões políticas expressa pela existência ou cooperação de diferentes partidos políticos. Apesar disso, o ato eleitoral organizado antes da proclamação da independência satisfaz as mínimas exigências democráticas, mantendo o apoio internacional ao PAIGC.

(13) A proclamação da independência da Guiné-Bissau desempenhou o importante papel do prelúdio para a libertação dos restantes territórios portugueses em África. A comunidade internacional acostumou-se à vitória de uma organização armada e à democracia limitada ou unilateral. Neste sentido, as seguintes proclamações da independência dos países com a democracia ainda mais limitada ou ameaçada pela guerra civil foram internacionalmente aceites sem oposição fundamental.

(14) Embora o PAIGC lutasse, também, pela independência de Cabo Verde, a proclamação da independência da Guiné-Bissau e os acontecimentos posteriores dividiram ambos países com identidade diferente. O período da guerra (1963–1973) não foi suficiente para forjar uma forte identidade nacional guineense.

(15) Sob ponto de vista militar, a Guiné-Bissau foi o único território colonial português, onde a resistência conseguiu triunfar através da guerra de guerrilha (apesar das suas forças limitadas para a guerra de guerrilha), ocupando uma

parte significativa do território e desmoralizando as forças armadas coloniais.

(16) A conquista da independência na Guiné-Bissau, território livrado da identidade imperial e provido da fraca identidade nacional, produziu a pior relação entre promessas ou esperanças predicadas pela resistência anti-colonial e a real vida política pós-colonial em comparação com todas as restantes ex-colónias de Portugal.²⁵

(17) Na Guiné-Bissau aconteceu um paradoxo singular da libertação daquele país continental oferecer a prosperidade e um bom sistema político (mesmo aquando do sistema do partido único entre 1975 e 1990) a outro país, neste caso Cabo Verde, território onde não decorreu a guerra colonial.

A herança da história da descolonização guineense fica ambivalente. A mensagem positiva foi plenamente aproveitada na República de Cabo Verde, onde o precedente sentimento forte da identidade nacional e a posterior boa governação têm edificado um Estado africano exemplar e excepcional. Na própria Guiné-Bissau prevaleceu, infelizmente, o legado militar. Apesar do sofrimento recente causado pelas discórdias entre novos dirigentes, a liberdade conquistada durante o período da descolonização poderá beneficiar o povo guineense no futuro sob a condição da cooperação internacional mais eficiente e do melhoramento da governação nacional.

(Escrito em português pelo autor)

REFERÊNCIAS

- África 30 Anos Depois*, Lisboa: Visão, 2005.
ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
ANTUNES, José Freira, *A Guerra de África 1961–1974*, I–II, Lisboa: Temas e Debates, 1996.

²⁵ A reportagem de Pedro Rosa Mendes *Cabral Morreu* de 2005 reflete a opinião geral dos guineenses: “Não há investimento, por termos um Estado demissionário. Não há estradas, não há armazéns, não há educação, não há saúde, não há absolutamente nada.” *África 30 anos depois*, Lisboa: Visão, 2005, p. 152.

- Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Checa, Praga, maço “Angola”.
- Artilheta, ano 9, Núm. 34/35, Praia-Mindelo, Junho – Julho de 2000; ano 13, número especial 59/60, Praia-Mindelo, Outubro de 2004.
- BRITO-SEMEDO, Manuel – MORAIS, Joaquim (org.), *Pedro Cardoso. Textos Jornalísticos Literários. Parte I*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.
- CARREIRA, António, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460–1878)*, Praia: Estudos e Ensaios, 2000.
- CERVO, Amedeo Luís – MAGALHÃES, José Calvet de, *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil, 1808–2000*, Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- CORNTASSEL, Jeff J., “Who is indigenous? «Peoplehood» and Ethnonationalist Approaches to Rearticulating Indigenous Identity”, *Nationalism and Ethnic Politics*, 9(1), pp.75–100.
- DAVIDSON, Basil, *No Fist Is Big Enough to Hide the Sky. The Liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde: Aspects of an African Revolution*, London: Zed Books, 1984.
- DAVIDSON, Basil, *The Black Man’s Burden. Africa and the Curse of the Nation-State*, London: James Currey, 1991.
- DUARTE, Dulce Almada, *Bilinguismo ou diglossia?*, Praia: Spleen Edições, 2003.
- DUARTE, Manuel, *Caboverdianidade e africanidade*, Praia: Spleen Edições, 1999.
- CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral as Revolutionary Leader*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CHABAL, Patrick, “People’s war, state formation and revolution in Africa: a comparative analysis of Mozambique, Guiné-Bissau and Angola”, *Journal of Commonwealth and Comparative Politics* 21(3), 1983, pp. 104–125.
- HENRIKSEN, Thomas H., “People’s war in Angola, Mozambique and Guinea/Bissau”, *Journal of Modern African Studies* 14(3), 1976, pp. 377–399.
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Território e Identidade. A Construção da Angola Colonial (c. 1872 – c. 1926)*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004.
- HODGKIN, Thomas, *Nationalism in Colonial Africa*, New York: ACLS Humanities, 2008.
- HOWDEN, D., “President shot dead in palace as rebel troops take revenge”. *Independent* 3-3-2009, <http://www.independent.co.uk/news/world/africa/president-shot-dead-in-palace-as-rebel-troops-take-revenge-1635904.html>.
- KLÍMA, Jan, *Dekolonizace portugalské koloniální říše. Historická motivace – specifika – průběh* (Descolonização do império colonial português. Motivos históricos – características específicas – decurso), Hradec Králové: Gau-deamus, 2000.
- KLÍMA, Jan, “Sokols de Cabo Verde nos anos trinta do século XX”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XXXVI – 2002, pp. 185–196.
- KLÍMA, Jan, *Guinea-Bissau*, Praha: Libri, 2006.
- LOPES, José Vicente, *Cabo Verde. Os bastidores da independência*, 2ª ed., Praia: Spleen Edições, 2002.
- MACQUEEN, Norrie, *A Descolonização portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Lisboa: Inquérito, 1998.
- MELO, António – CAPELA, José – MOITA, Luís – PEREIRA, Nuno Teotónio, *Colonialismo e lutas de libertação. 7 cadernos sobre a guerra colonial*, Porto: Afrontamento, 1978.
- MORAIS, Carlos Alexandre de, *António de Spínola, o Homem*, Lisboa: Estampa, 2007.
- NAVRÁTILOVÁ, Alice, “Shaping the Third World according to the First World Cast”, In: P. Daněk – A. Navrátilová – M. Hildebrandová – R. Stojanov, *Approaching the Other: The Four Projects of Western Dominance*, Olomouc: Palacký University, 2008, pp. 73–84.
- OLIVEIRA, M. A. Fernandes de – DIAS, J. A. Miranda – PEREIRA, F. Jasmins – REGO, F. J. Hopffer – VELOSA, Hugo J. T. – CRUZ, M. L. Braga da – BAIÃO, Rodrigo J. – TOMÁS, L. F. R., *A descolonização portuguesa. Aproximação a um estudo*, I–II, Lisboa: IDL – Instituto Amaro da Costa, 1979, 1982.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, “A Política Externa do Marcelismo. A Questão Africana”, In: F. Martins (ed.), *Diplomacia e Guerra. Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Évora: Edições Colibri e CIDEHUS-UE, 2001, pp. 233–265.
- RABAKA, Reiland, *African Critical Theory: Reconstructing the Black Radical Tradition from W. E. B. du Bois and C. L. R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral*, New York: Lexington Books, 2009.
- ROOSENS, Eugene E., *Creating Ethnicity. The Progress of Ethnogenesis*, Newbury Park CA: SAGE Publications Inc., 1989.

- SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *El último imperio occidental: La descolonización portuguesa (1974–1975)*, Mérida: UNED, Centro Regional de Extremadura, 1998.
- SARTORI, Giovanni, *Srovnávací ústavní inženýrství: Zkoumání struktur, podnětů a výsledků* (A comparativa engenharia constitucional. Investigação das estruturas, incentivos e resultados), Praha: SLON, 2001, p. 39.
- SARTORI, Giovanni, *Strany a stranické systémy: Schéma pro analýzu* (Partidos e sistemas partidários: Um esquema para analisar), Brno: Centrum pro studium demokracie a kultury, 2005, p. 130.
- SEMEDO, José Maria – TURANO, Maria R., *Cabo Verde. O ciclo ritual das festividades da Tabanca*, Praia: Spleen Edições, s.d.
- SILVA, J. da, *Portugalskije kolonii v Afrike*, Moskva: Editora da Literatura Estrangeira, 1962.
- Textos africanos de expressão portuguesa*, 2ª ed., Luanda: Ministério da Educação, s.d.
- TOMÁS, António, *O Fazedor de Utopias*, Lisboa: Tinta da China, 2007.
- VOTRUBEC, Ctibor, *Mosambik*, Praha: Svoboda, 1969.
- WATTS, M. “Colonialism”. In: R. J. Johnston – D. Gregory – G. Pratt – M. Watts (org.), *The Dictionary of Human Geography*, 4ª edição, Oxford: Blackwell, 2000, pp. 93–95.
- ZÍDEK, Petr, “Československo a Guinea-Bissau 1961–1989” (Checoslováquia e a Guiné-Bissau 1961–1989), In: Mário Caetano João – Petr Jelínek – Aleš Knitl (eds.), *Lusofonní Afrika – África Lusófona 1975–2005*, Praha: Ústav mezinárodních vztahů, 2006, pp. 121–129.
- ZÍDEK, Petr – SIEBER, Karel, *Československo a subsaharská Afrika v letech 1948–1989* (Checoslováquia e a África Subsaariana entre 1948 e 1989), Praha: Ústav mezinárodních vztahů, 2007 (citações traduzidas por J. Klíma).